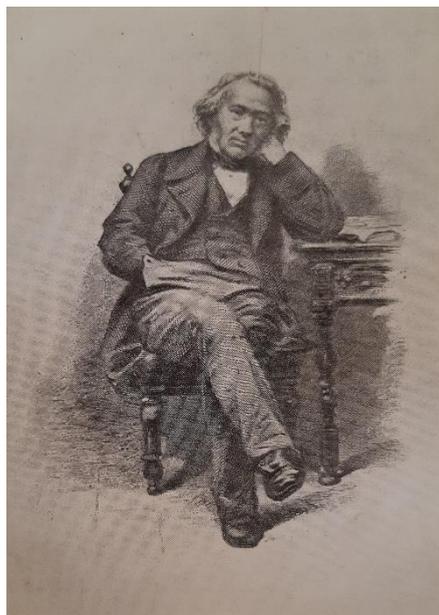


Discurso contra as leis dos cereais

Richard Cobden



 +Liberdade

Nota introdutória

A Liga Contra as Leis dos Cereais tinha convocado os seus aderentes, em Londres, para reunirem no teatro Drury Lane e contava de tempos a tempos ali realizar comícios, mas o director do teatro tinha sido levado pelos proteccionistas a recusar a sala para futuras reuniões. A sessão de 3 de Maio de 1843, devia ser a última a efectuar neste grande teatro.¹ Já então a Liga havia construído em Manchester uma sala onde podiam reunir 10.000 pessoas. Neste dia, uma grande multidão se reuniu para ouvir os 4 oradores inscritos, que foram: o reverendo Dr. Cox, Cobden, Lattimore e Moore. Do livro de Léon Say – *Cobden* – reproduzimos nas páginas que seguem o discurso deste último, que foi entusiasticamente aplaudido pelo auditório.

A gravura da primeira página, a nota introdutória e o discurso traduzido são retirados da obra *Ricardo Cobden: A sua vida e a sua obra*, de Francisco António Corrêa (Lisboa, 1936).
Transcrição: Ana Laura Amado. Edição e revisão: Pedro Almeida Jorge.

¹ Na obra *Cobden et la Ligue* (1845), Frédéric Bastiat indica 5 e não 3 de maio de 1843 como data do presente discurso. (Nota +Liberdade)

Discurso contra as leis dos cereais

O reverendo Dr. Cox, que acaba de sentar-se, ultrapassou em muito a sua obrigação, quando julgou necessário defender os ministros do culto pela nobre atitude por eles tomada nesta agitada questão. (Aplausos calorosos).

Se alguma coisa eu lamento não ter feito no decorrer da nossa campanha contra as leis dos cereais, é talvez o facto de não haver considerado suficientemente estas leis nas suas relações com os costumes, a religião e a educação.

Fala-se de educação e pergunta-se se o povo não suspira por ela. Eu posso afirmar que não há uma classe, mesmo a mais humilde, que não tenha o maior interesse em proporcionar tão grande benefício aos seus filhos; carecem porém dos meios materiais.

Durante os anos de 1835 e 1836, quando o norte da Inglaterra prosperava, quando a energia do povo não estava adormecida, quando não estávamos, como hoje, empenhados na luta pelo pão num combate humilhante, num combate de escravos – realizavam-se em Manchester magníficos comícios para o progresso da educação; recorda-me que, em poucos meses, entre as classes manufactoras obtiveram-se 12 000 libras para a construção e instalação de escolas. (Aplausos)

Mas as leis dos cereais erguem-se como um obstáculo à própria melhoria moral do país. Que as revoguem, e as classes laboriosas terão o meio que tanto ambicionam de dar educação aos seus filhos. Mais ainda: eu encaro a questão da liberdade comercial intimamente ligada à da paz universal.

Podem objectar-me que pela guerra e pela conquista se erigiram grandes cidades e grandes potências comerciais.

É grave erro que nós procuramos destruir, esse de que o único meio para desenvolver o comércio é aumentar o território à custa da guerra de conquista.

É um facto sabido que todas as vezes que as cidades comerciais formaram uma confederação foi com o objectivo de manter a paz e não de fazer a guerra. (Aplausos).

Tal foi a confederação das cidades Hanseáticas.

Esforçando-nos pela criação duma nova era, nós procuramos pela liberdade do comércio aumentar a nossa riqueza, a nossa prosperidade e o nosso comércio,

aumentando a riqueza e a prosperidade de todos os países do mundo. (Aplausos).

Introduzi o princípio da liberdade comercial entre as nações e a guerra será tão impossível entre elas como entre Middlesex e Surrey.

Os nossos adversários deixaram de opor aos nossos princípios argumentos dignos de resposta; se bem que um grande número deles não esteja longe de admitir a excelência dos nossos princípios, recusa-se à sua aceitação, alegando que a sua prática não será possível porquanto as restantes nações não estão igualmente dispostas a adoptá-los.

Estes senhores pedem a palavra na Câmara dos Comuns para nos dizerem que não devemos abrir os nossos portos ao açúcar do Brasil ou aos cereais da América, enquanto não obtivermos que – por reciprocidade – estes países nos comprem o nosso ferro e os nossos tecidos.

Mas, o que nós combatemos não são os mercados brasileiros ou americanos, é a *peste* dos monopólios internos! (Aplausos prolongados). A questão não é brasileira nem americana, é puramente inglesa e não desejamos de forma alguma complicá-la com considerações de ordem externa. Tal como é, o caso apresenta-se já bastante sério.

Que pedimos nós?

A destruição de todos os monopólios e, antes de mais nada, a abolição das leis dos cereais, que consideramos como a pedra que fecha a abóbada do arco do monopólio. Se nos unirmos todos com este objectivo, este detestável edifício será inevitavelmente reduzido a pó!

O que é o monopólio?

É o direito, ou melhor, a injusta faculdade de que gozam certas pessoas que beneficiam da venda exclusiva de certos artigos.

No nosso país, o monopólio não é novidade; floresceu na Inglaterra há 250 anos, e as leis dos cereais não passam afinal duma das suas variedades mais subteis.

O sistema do monopólio teve o seu apogeu nos tempos dos Tudors e dos Stuarts e começou a decair há 250 anos, depois duma longa luta corajosamente mantida pelos nossos valentes antepassados.

É facto que o monopólio se revestiu, nesses longínquos tempos, duma forma um pouco grosseira; ainda não se tinha inventado a *escala móvel*.²

Eis em que consistiam. Os duques de então – um duque de Buckingham, um duque de Richmond – dirigiam-se à rainha Elisabeth ou ao rei James, de quem obtinham cartas patentes que lhe asseguravam o monopólio do sal, do coiro, do peixe ou qualquer outro.

Este sistema deu origem a tantos abusos que o povo daqueles tempos fez o que fez o povo de hoje: recusou submeter-se por mais tempo.

Encarregou os seus representantes no Parlamento da defesa da sua causa.

Possuímos os relatórios das discussões que então tiveram lugar, e se bem que os discursos não tenham sido extractados por completo, pode através deles observar-se qualquer coisa de interessante.

Eis o que dizia um tal Sr. Martin que, ia jurá-lo, foi membro da Liga e talvez representante de Stockport, pois não se exprime de maneira diferente da que eu próprio usaria: «Falo por uma cidade que sofre, que geme, e que desfalece sob o peso de monopólios monstruosos e intoleráveis. Na cidade que represento, os rendimentos mais importantes são açambarcados pelas sangue-sugas da república. É tal a situação da cidade onde vivo, que o comércio está aniquilado».

«E se se permite que esses homens continuem a absorver assim – em seu único proveito – o melhor que a terra nos dá, o que será de nós, que vemos o fruto do nosso trabalho, o fruto do suor do nosso rosto, nos ser tirado em virtude duma autoridade suprema contra a qual os pobres cidadãos não podem protestar?»

Eis o que dizia o Sr. Martin há 250 anos. Hoje, eu poderia empregar as mesmas expressões para Stockport.

Os mesmos relatórios dão-nos a lista dos monopólios de que o povo se queixava: tecidos, ferro, estanho, carvão, vidro, coiro, sal, hulha, vinagre, frutos, vinho e peixe; todos artigos que gozavam do que Lord Stanhope e o *Morning Post* chamariam *protecção concedida a todos os ramos da indústria nacional*. (Gargalhadas e aplausos).

² Uma cláusula de “escala móvel” prevê a actualização do montante dos pagamentos a efectuar ao longo de um contrato, consoante a variação verificada num preço ou num índice de preços de referência. (Nota +Liberdade)

E o velho relator, manhoso, acrescenta: «Quando a lista dos monopólios foi lida, um membro gritou: *E o monopólio das cartas de jogar!* (gargalhadas), o que provocou o rubor de Sir Walter Raleigh, pois as cartas são um dos seus monopólios...»

Os homens daqueles dias eram delicados, sem dúvida; pois, embora disponhamos um brilho poderoso na Câmara dos Comuns, nunca, em todo o tempo em que fui membro dela, vi o vermelho subir à testa dos nossos monopolistas... (Gargalhadas).

O jornal, continua: «Depois da segunda leitura da lista de monopólios ou de cartas patentes, um Sr. Hackewell – sem dúvida pertencente à Liga – levanta-se e pergunta: – O pão não está na lista? – O pão? pergunta um; O pão? clama outro. Isso tem um som estranho, diz um terceiro.

Bem, diz o Sr. Hackwell, tomai bem nota das minhas palavras: se não se põe termo a tudo isto, o pão também terá o seu monopólio!»

E eis, minhas senhoras e meus senhores, porque nos reunimos aqui: o pão tem finalmente o seu monopólio!

«Quando a rainha Elizabeth, – continua o jornalista – teve conhecimento das lamentações do povo, foi ao Parlamento agradecer o terem-lhe chamado a atenção para tão grande flagelo.

E, indignando-se de ter sido durante tanto tempo enganada por estes *pajens* (foi esta a palavra que ela julgou dever aplicar aos seus ministros monopolizadores), disse: Acaso pensarão escapar ao castigo aqueles que vos oprimiram, fingindo ignorar o seu dever e a honra da rainha?

«Não, asseguro-vos!

«Eu não quero que a tirania destes *pajens* escape à merecida punição.

«Vejo hoje que eles procederam para comigo como se fossem médicos que, para mais facilmente fazer tomar um remédio, o aromatizam, ou que, quando receitam pílulas, nunca se esquecem de as dourar.»

Eis, minhas senhoras e meus senhores, qual foi a atitude da rainha Elizabeth. Hoje ocupa o trono uma digna sucessora de Elizabeth. Tenho a absoluta convicção que S. M. não quererá por preço algum sancionar pessoalmente a menor injustiça, ainda que seja ao mais pobre, ao mais humilde dos seus súbditos, e se bem que não esteja disposta a vir à Câmara chamar *pajens*

aos seus ministros, eu creio que S. M. não fará oposição à abolição das leis dos cereais (Aplausos e gritos de «*God save de Queen!*»).

Eis o que eram os monopólios de outrora. Hoje, os monopolizadores, agindo segundo princípios idênticos ou piores, introduziram um grande requinte na denominação das coisas: inventaram a *escala móvel* e introduziram no dicionário da língua a palavra *protecção*.

Ressuscitando os monopólios, a aristocracia do nosso país formou uma grande sociedade por acções que abrange toda a espécie de açambarcamentos e de abusos.

Há os homens do trigo, do açúcar, das madeiras, do café, etc.

Cada uma destas classes de monopolizadores diz às outras:

Ajudai-me a tirar ao povo a maior quantidade de dinheiro possível e eu vos prestarei igual serviço em relação ao que é do vosso particular interesse.

Nem um átomo de diferença, em princípio, entre o monopólio do trigo, ou qualquer outro dos de hoje, e os que existiram no tempo de Elizabeth.

Se não nos desembaraçarmos deles, é à nossa ignorância e à nossa apatia que o deveremos; é porque nos faltará a coragem que caracterizou os nossos antepassados e que, nos tempos modernos, o povo deste país não tem deixado de mostrar possuir.

Qual a diferença entre as duas espécies de monopolizadores?

Eis uma categoria de pessoas que se apodera de todo o trigo do país, que segundo a sua própria declaração é insuficiente para o consumo; pois bem, apesar disso, não permitem a entrada de trigo estrangeiro senão na quantidade que muito bem lhes apraz para não diminuírem os altos preços do mercado interno!

Que mais faziam os monopolizadores do tempo de Elizabeth?

Os monopolizadores do açúcar não forneciam à Inglaterra metade do açúcar que ela podia consumir, se o pudesse procurar no Brasil a baixo preço em troca de produtos da sua indústria.

O mesmo se verifica com o café e com os restantes produtos necessários à alimentação de cada dia.

Quanto tempo necessitará ainda o povo inglês para compreender estas coisas e fazer o que fizeram os seus antepassados há 250 anos?

Eles derrubaram os monopolizadores e os opressores. Porque não faremos nós o mesmo?

Realmente sinto que há qualquer coisa de muito verdadeiro no que ontem à noite me dizia o meu amigo John Bright:

– Nós somos na Câmara dos Comuns apenas uns belos oradores de frases açucaradas. (Gargalhadas).

Nós sabemos falar como o velho Martin, o Hackewell ou os outros. Mas não é em rudes palavras que devemos depositar a nossa esperança; é-nos necessário qualquer coisa de melhor que palavras: *actos*!

Quando pedimos ao governo que acabe com este sistema, ele responde-nos enviando-nos ao estrangeiro, ao Brasil, por exemplo, com a missão de convencer este país a trocar o seu açúcar pelos nossos produtos manufacturados, em condições para nós vantajosas.

Que ilusão!

Qual o resultado prático desses tratados de comércio que concluíram com o estrangeiro?

Há algum país, não importa em que latitude, que produza uma única coisa que só possa importar-se de qualquer outro situado à mesma latitude?

Gostaria de saber porque é que oferecemos a Portugal o privilégio exclusivo de nos vender os seus vinhos dando-lhe assim um monopólio contra nós próprios?

Porquê privar os consumidores ingleses da vantagem da concorrência da vizinha França, cujo *champagne* é, na minha opinião, bem notavelmente superior ao vinho do Porto? (Aplausos prolongados).

Dizem-nos que, dando preferência a Portugal, forçamos a França a reduzir os seus direitos de importação sobre os nossos fios de linho.

Mas esta medida só pode produzir o efeito precisamente oposto.

A experiência está feita. Há mais de um século que concluímos o famoso tratado de Methuen, que em vez de conciliar as nações as dividiu e provocou – mais do que qualquer outra causa – estas guerras desastrosas que desolaram a Europa. Em vez de obrigar a orgulhosa nação do lado de lá da Mancha a comprar os nossos artigos, o famoso tratado não teve outra consequência senão decidi-la a pagar-nos na mesma moeda, duplicando os seus direitos sobre as nossas mercadorias (Aplausos).

Tratemos pois de agir à maneira como agiram os nossos compatriotas do tempo de Elisabeth.

Retiremos o poder aos nossos monopolizadores, provemos às nações estrangeiras que temos fé nos nossos princípios e que queremos pô-los em prática, admitindo livremente a entrada do açúcar, do trigo e de tudo o mais de que carecemos.

Se algo existe de verdadeiro nos nossos princípios, a prosperidade e as outras vantagens surgirão como uma consequência, e quando os outros países tiverem constatado os resultados deste desaparecimento das nossas barreiras fiscais, seguirão forçosamente o nosso exemplo (Aplausos).

Este sofisma de que um país está decadente quando as suas importações ultrapassam as exportações, ou de que uma nação estrangeira poderia muito bem vender-nos os seus produtos sem nada nos comprar, é o maior de todos os sofismas de que jamais ouvi falar. Ultrapassa as curas pela água fria e as máquinas voadoras. (Gargalhadas).

Isto equivale a dizer, nada mais nada menos, que, recusando-nos a comprar produtos noutros países, com receio que nos não comprem os nossos, obedecemos ao medo que o estrangeiro, tomado de súbito acesso de filantropia, nos inunde até aos joelhos com trigo, café, etc. (Aplausos).

Em vez de medirmos a nossa prosperidade comercial pelas exportações, espero que passemos a adaptar a doutrina tão admiravelmente exposta ontem na Câmara dos Comuns pelo Sr. Villiers, e tomemos como base de apreciação da nossa riqueza comercial as importações. (Aplausos).

Quais são, dos países que adoptaram o regime de livre importação, os que não possam ser citados como exemplo de prosperidade devido a este sistema?

Ide ao Mediterrâneo, por exemplo, visitai Marselha e Trieste, e comparai os seus progressos.

O comércio de Marselha tem sido protegido e encorajado, desde há séculos, pelo governo mais poderoso do continente; mas não foram necessários senão alguns anos ao comércio de Trieste para ultrapassar o do porto francês também *protegido*. E porquê? Porque Trieste goza de liberdade de importação para todos os produtos! (Aplausos prolongados).

Ide a Hamburgo: É o porto mais importante de toda a parte ocidental da Europa. Porquê? Porque nesta cidade todas as importações são livres!

Atentai na Suíça: ela oferece-nos um outro exemplo de liberdade comercial. Já entrei nesse país pela França, pela Áustria e pela Itália; não é necessário ter olhos muito abertos para ver que consideráveis benefícios este país deve à liberdade comercial. O viajante, mal tem atravessado a fronteira, e já eles se manifestam pela superioridade das estradas e pela actividade e prosperidade crescente dos habitantes. Porquê? Porque, na Suíça, não há leis que contrariem a importação.

Os habitantes dos países vizinhos, franceses, alemães e italianos, para lá dirigem os seus produtos sem entraves de qualquer ordem.

E não vá pensar-se que o solo da Suíça valha menos do que o dos seus vizinhos.

Posso demonstrar que vale tanto como o da Inglaterra, acre por acre, e notando que na Suíça a terra paga só por si quase metade dos impostos.

Donde vem toda esta prosperidade? Do facto que resulta da faculdade que tem qualquer cidadão, que necessite de um artigo ou matéria prima para a indústria, se dirigir – para o obter – a qualquer país do globo.

Lembro-me de ter ido com um amigo a um mercado de Lausanne, a um sábado.

A cidade regorgitava de camponeses que vendiam fruta, aves, ovos, manteiga e toda a espécie de provisões. Informei-me donde vinham; a maior parte do outro lado do lago, respondeu-me o meu cicerone, apontando-me com o dedo a Sabóia, na margem oposta do lago de Genebra.

- E não pagam direitos?

- De espécie alguma, responderam-me; vêm com a maior liberdade, vendem e compram o que querem, e cá ficam quanto tempo lhes aprouver!

Involuntariamente, não pude deixar de dizer: Se o Duque de Buckingham visse isto, seguramente morreria. (Aplausos e gargalhadas).

Mas, continuei, como é que essas pessoas se fazem pagar? (Eu sabia que do outro lado do lago reinava um monopólio absoluto e que as mercadorias suíças não podiam entrar na Sabóia).

Por única resposta, o meu amigo conduziu-me à parte baixa da cidade onde me mostrou os camponeses italianos que formigavam nos estabelecimentos e armazéns onde compravam tabaco, tecidos, lenços de assoar, etc., com que

faziam pequenos pacotes de fácil transporte, que fraudulentamente iam fazer entrar na Itália. (Aplausos e gargalhadas).

Mas, o meu amigo não ficou por aí; conduziu-me a um bairro afastado da cidade onde me mostrou uma grande quantidade de mulheres ocupadas em coser fatos a grandes pontos para com eles vestidos passarem a fronteira. (Gargalhadas).

E o meu amigo assegurou-me que todos estes camponeses italianos, em vez de levarem para o seu país o produto das suas vendas na Suíça, empregavam-na na compra de produtos suíços que introduziam fraudulentamente na Itália.

Pois bem, se abrires os portos de Inglaterra, e se as nações estrangeiras não quiserem retirar os direitos aduaneiros que incidem sobre as nossas mercadorias, ousa profetizar que aqueles que nos trouxerem o trigo ou o açúcar levarão para os seus países quantidades apreciáveis de produtos ingleses, em embrulhos de seis libras de peso, como os contrabandistas, para iludirem a vigilância das suas respectivas alfândegas.

Mas, não vejo senão desculpas e vãos pretextos; a eles estamos habituados, para eles estamos preparados, mas não somos tão ingénuos que nos convençamos. (Aplausos). Não devemos aceitar semelhantes desculpas!

Só de uma coisa nos devíamos assegurar: é ou não justo destruir o monopólio?

Que importa a Rússia, Portugal ou a Espanha?

Veremos mais tarde. (Aplausos).

Não percamos de vista o nosso principal objectivo, o fim da Liga contra a lei dos cereais, que é a abolição imediata e *sem condições* das leis dos cereais! (Aplausos).

Se não adoptamos o expresso *sem condições*, quer dizer, sem reciprocidade, teremos nova avalanche de desculpas todas as semanas.

Não as escutemos; é bem mais importante, para nós, irmos tomando posições à medida que as nossas ideias vão penetrando numa classe de pessoas entre as quais – com muita satisfação o digo – os nossos progressos se acentuam cada vez mais. Refiro-me aos lavradores. (Aplausos).

Como vos comunicou o nosso ilustre presidente, depois da última vez que tive o prazer de vos ver, fui a Hertford. Foi muito falado um comício realizado em Wallingford que reuniu cerca de 200 pessoas, mas nada se disse do

«*meeting*» de Hertford onde estiveram mais de 2000 pessoas. A ele compareci e relatei assuntos de transcendente importância. (Aplausos).

Durante três semanas, tínhamos distribuído programas e colocado cartazes não só em cada cidade, mas também em cada aldeia do condado, anunciando a minha intenção de vir a este comício.

Fui, e fui só, sem me fazer acompanhar por um único amigo, sem ter um único conhecimento em todo o condado. (Bravos e aplausos).

Reunimo-nos primeiro em Shire Hall, mas a sala não era bastante espaçosa e fomos para Plough Mead, onde é costume fazerem-se as eleições.

Tomei lugar numa carroça e comecei a minha arenga que durou cerca de duas horas. (Aplausos).

No mesmo local onde a fina flor da cavalaria do condado, sob a bandeira do *conservadorismo*, tinha feito eleger 3 representantes partidários da protecção aos agricultores, eu defendi a causa da abolição total e imediata da lei dos cereais! (Aplausos).

Quando acabei de falar, uma “espécie” de agricultor, o Sr. Bennett, de Laton, em Bedfordshire, do duque de Bedford, propôs uma resolução insidiosa e habilmente redigida, declarando que, se bem que os rendeiros tivessem sofrido muito com a conduta do governo e com as rivalidades dos partidos, a assembleia era de opinião que qualquer alteração a introduzir na lei dos cereais era absolutamente importuna.

Esta proposta começou a ter adeptos, quando se levantou um *gentleman* – um verdadeiro lavrador que explora uma vasta extensão de terrenos em Hertfordshire, conhecido e proclamado como um dos melhores rendeiros do condado, e que, graças ao seu talento, soube ganhar uma fortuna – o Sr. Lattimore, que apresentou uma emenda dizendo que as leis dos cereais são funestas à independência e aos interesses dos lavradores e, portanto, se torna necessário aboli-las. (Aplausos).

Não tomei parte nos debates e deixei os lavradores discutir livremente uns com os outros.

Efectuaram-se as votações e a primeira proposta não reuniu senão uma escassa dúzia de votos.

Minhas senhoras e meus senhores, tenho grande satisfação em vos anunciar que o Sr. Lattimore – que eu nunca tinha visto até o encontrar em Hertford –

está sentado entre vós (nesta altura a assembleia, de pé, aplaude calorosa e entusiasticamente) e espero que, embora ele esteja aqui de passagem, se decidirá a dizer-vos algumas palavras antes da sua partida para Surrey. (Aplausos demorados).

Aproveitemos a ocasião de ter entre nós um verdadeiro representante dessa digna e excelente classe de homens, para lhe exprimir, por seu intermédio, quais os sentimentos que nos animam a seu respeito. (Aplausos).

Digamos à aristocracia territorial do país que procura manter a sua injusta supremacia – digo injusta porque se funda num monopólio – que não poderá dividir e desunir por mais tempo estas duas grandes classes tão laboriosas: os industriais e os lavradores (aplausos) hoje identificados nos mesmos interesses sociais, políticos e económicos. (Aplausos).

Estendamos a mão ao Sr. Lattimore e à classe a que ele pertence (aplausos); que eles se convençam de que a Liga está resolvida a pôr toda a sua influência ao serviço dos lavradores, com o fim de para eles obter a mesma justiça que para nós próprios reclamamos.

Aproxima-se o tempo em que os lavradores e os manufactureiros deste país marcharão lado a lado com a Liga, contra as leis dos cereais. (Aplausos).

Digamos também à aristocracia territorial que profundamente se engana se espera poder influir bastante no espírito dos lavradores dos seus distritos, para os convencer a lutar com a população das cidades, quando esta se levantar para defender a causa da justiça. Já vi bastante para me convencer de que é precisamente entre a chamada aristocracia que se encontram as ideias menos aristocráticas.

Não longe virá o dia em que todos se apercebam da extensão do mal causado aos agricultores pelas leis dos cereais, e eu prevejo a indignação que então se elevará em todos os distritos agrícolas. (Aplausos).

Os agricultores começam já a notar que foram grosseiramente enganados. (Aplausos).

Apercebem-se que depois de terem servido de *peões* neste jogo de xadrez de políticos, depois de serem vítimas desta lei, são a classe menos próspera de todas as que possuem qualquer coisa neste país.

Vêm que na Câmara dos Comuns se encontraram pessoas que lhes prometeram protecção, sem saberem ou sem cuidarem de saber que o único meio de proteger os agricultores é formar o partido da sua clientela.

Eles vêem hoje que as leis que essas pessoas fizeram apenas serviram para arruinar essa clientela, ao mesmo tempo que os enriquecia a eles, membros da Câmara, que dos agricultores fizeram apenas simples instrumentos para a obtenção de votos. (Aplausos).

Gostaria agora de saber onde os *landlords* irão procurar apoio ao seu sistema. Combati-os até nas suas próprias fortalezas. (Aplausos).

Encontrei-os nos condados de Norfolk, de Hertford e de Somerset. Para a semana irei a Buckinghamshire (aplausos); na semana seguinte irei a Dorchester e no sábado seguinte a Lincoln. (Aplausos).

Anuncio-o aqui públicamente: Sei que os *landlords* não encararam com indiferença as minhas primeiras visitas, e sei também que, se é facto que não impediram as pessoas que vivem na sua dependência de assistir aos meus comícios, os subornaram para que neles provocassem desordens.

Disse-lhes qual o meu caminho, qual o fim que tenho em vista; pois eles não ousam defrontar-me! (Aplausos).

Se não têm a coragem de justificar a sua lei perante os seus próprios rendeiros, onde poderemos encontrá-los se não for na Câmara dos Lordes e na Câmara dos Comuns?

Pergunto: Será possível encontrar – em todo o Reino Unido – um milhar de pessoas capazes de publicamente se declararem a favor do sistema que nós atacamos? (Aplausos).

É portanto somente aos rendeiros que nos dirigimos. Eles estão na mesma situação em que se encontram os manufactureiros e os comerciantes: passam hoje por misérias e sofrimentos ao lado dos quais todas as privações, suportadas depois da guerra, nada representam; por sofrimentos mais agudos do que todos os que têm experimentado há vinte e cinco anos. Os males de uns seguem os dos outros como a noite se segue ao dia. Mas, ao menos, este estado de coisas terá um resultado considerável: de futuro, os interesses dos rendeiros e dos comerciantes confundir-se-ão e não seremos mais desunidos pelos interesses da política ou dos partidos. (Aplausos).

Sendo um defensor acérrimo da liberdade comercial, sei no entanto que há pessoas que contam com a Liga para uma obra mais radical. (Aplausos).

Por mim, não tenho conselho especial a dar à aristocracia deste país; o meu afecto ou simpatia por ela não vai tão longe.

Advirto-a porém de que, se teimar em não querer ver – possuída de incomensurável vaidade – o que se passa à sua volta, talvez que um dia em vez duma simples luta pela liberdade comercial – que há-de conseguir-se – verá a luta por uma reforma muito mais profunda. (Aplausos).

Se se continua neste sistema que deu as desastrosas provas que todos conhecemos, afirmo que a responsabilidade de tudo cairá integralmente sobre o poder executivo (aplausos prolongados) e essa responsabilidade aumentará progressivamente.

Sir Robert Peel dirige o governo num sentido contrário às suas próprias opiniões.

Eu não incrimino as intenções de ninguém; apenas observo a conduta dos homens públicos e é por ela que eu os julgo; mas, quando vejo um ministro adoptar resoluções diametralmente opostas às suas opiniões publicamente confessadas, então tenho o direito de inquirir das intenções desse homem, porquanto a sua conduta não é regida pelas regras normais.

E como consegue pôr em prática a sua nefasta política? Graças unicamente a uma maioria *brutal!* (Aplausos). Chamo *brutal* a esta maioria porque ela é irracional, e é irracional não pelo facto de estar em desacordo comigo, mas por seguir um chefe que, em princípio está de acordo comigo e na prática adopta uma política oposta.

Um ministro que governa um país por meio de tais artificios, com uma maioria obtida pela intriga, pelos abusos e pela corrupção, e que vê aqueles que foram enganados e são vítimas protestarem unânimemente, esse ministro digo, incorre em grave e enorme responsabilidade! (Aplausos).

Sinto-me feliz por constatar que, de semana para semana, temos tido, não um *meeting* mais bem organizado, não um *meeting* mais numeroso do que imediatamente o havia precedido, mas que cada semana vai crescendo progressivamente o apoio e a aprovação do belo sexo. (Aplausos).

Não posso dizer qual a razão por que nos impedem a utilização futura deste teatro para fins tão admiráveis como o que aqui nos reúne. Confesso que chego

a ter piedade pelo homem que diga ter qualquer coisa a censurar aos comícios do género deste.

Censuram-nos porque, nos nossos *meetings*, não se entra sem bilhete; naturalmente, se assim não fosse, seria tamanha a aglomeração que dificilmente neles se poderia entrar.

Dizem-me que devíamos reunir-nos, por exemplo, em Islington Green ou em sítio análogo (oh! oh!). Pensam mal as pessoas que julgam que *meetings* em Islington Green poderiam ter alguma vez a influência que têm os que hoje fazemos. (Aplausos).

Não são os táticos da escola moderna que pensam que uma questão de interesse público pode ser resolvida por um exército de 30 ou 40 000 homens reunidos em Islington Green ou em qualquer outro lado. (Aplausos prolongados).

A minha opinião é que, depois de votada a reforma eleitoral, que pôs o poder político nas mãos dum milhão de pessoas, nada destruirá esse poder, nem os esforços da aristocracia, por um lado, nem as demonstrações das classes que estão abaixo da aristocracia, por outro, se estas actuarem em separado. (Aplausos).

Semelhante coisa poderia ter acontecido quando o governo deste país assentava nos fundamentos de Gratton e do velho Sarum. (Aplausos).

Mas, sem querer menosprezar a cooperação de nenhuma classe, a minha opinião é que aqueles que querem resolver qualquer questão devem dirigir-se precisamente à classe que eu vejo reunida à minha volta neste teatro. (Aplausos).

Fosse qual fosse o prazer e a satisfação que nos pudessem dar pessoalmente os aplausos da multidão em Islington Green, nós somos sinceros, e os partidários da Liga são sinceros (aplausos), tal não nos bastava; se queremos fazer triunfar a nossa causa, na qual empenhamos as nossas fortunas e se for necessário as nossas vidas (aplausos), necessitamos de algo mais do que a satisfação de uma simples vaidade, e seguiremos o caminho que nos há-de conduzir ao êxito absoluto. (Aplausos).

Jamais uma questão teve melhores condições de triunfar do que quando ela é sustentada por uma assembleia como esta.

É, creio bem, um axioma entre os autores dramáticos que nada pode prevalecer contra o julgamento do público.

Os críticos podem divergir nas opiniões; pode haver no *foyer* os mais variados comentários; mas... se uma peça triunfa em Drury Lane, triunfará em todo o país. (Grandes aplausos).

Não foi sem um pouco de ansiedade que submetemos a nossa “peça” à vossa apreciação.

Mas, confiados nos nossos precedentes, e lembrando-nos que até aqui todas as nossas *démarches*, mesmo as mais difíceis, foram coroadas de êxito, resolvemos enfrentar os habitantes de Londres no teatro de Drury Lane. (Aplausos).

Não foi apenas um, mas sim 6 ou 7 *meetings* do género deste que organizámos, e hoje conhecemos a vossa opinião; o vosso entusiasmo foi crescendo de semana a semana e as senhoras – o produto mais belo da criação – vieram cada vez em maior número sorrir aos nossos esforços. (Aplausos).

Que nos tirem pois o direito de nos utilizarmos do seu teatro!

Agradecemos-lhes. Vós pronunciastes a condenação do monopólio; o vosso veredicto está dado e não tem apelo!

(Cobden senta-se, no meio de aplausos entusiásticos. A assembleia levanta-se num estado de excitação tumultuosa que se prolonga durante alguns minutos).

INSTITUTO +LIBERDADE, 2021

info@maisliberdade.pt

NOTA

O conteúdo do presente documento pode ser partilhado e reproduzido para fins de uso pessoal, científico ou pedagógico, devendo obrigatoriamente incluir devida referência aos indivíduos nele mencionados e ao Instituto +Liberdade. Qualquer outra reprodução, nomeadamente para exploração comercial, republicação ou alteração, é estritamente proibida sem a permissão do Instituto +Liberdade e dos seus autores, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.

A menos que tal seja expressamente indicado, os pontos de vista dos autores do presente documento não são necessariamente, em toda a sua abrangência, os do Instituto +Liberdade.